



Bolsas Na quarta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Salário mínimo	Dólar Últimas cotações (em R\$)	Euro Comercial, venda na quarta-feira	Capital de giro Na quarta-feira	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
São Paulo 2,42%	104.822 101.006 30/1203/0104/0105/01	R\$ 1.212	Na quarta-feira R\$ 5,712 (+0,39%)	30/dezembro 5,693 3/janeiro 5,576 4/janeiro 5,663 5/janeiro 5,690	R\$ 6,461	6,76%	Julho/2021 0,96 Agosto/2021 0,87 Setembro/2021 1,16 Outubro/2021 1,25 Novembro/2021 0,95

PRIVATIZAÇÃO

BNDES: venda da Eletrobras em abril

Banco de fomento mantém previsão de oferta pública de ações da estatal, mesmo com diversos questionamentos sobre a operação. Intenção do governo é reduzir a fatia da União para 45% das ações com direito a voto

Apesar das dificuldades de tocar a operação em um ano eleitoral, e dos diversos questionamentos de órgãos de controle, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) mantém para abril a expectativa para a realização do processo de capitalização da Eletrobras, informou o chefe de Departamento de Estruturação de Empresas do banco, Leonardo Mandelblatt, durante audiência pública sobre a desestatização da companhia.

Mandelblatt disse que espera ainda para janeiro a manifestação do Tribunal de Contas da União (TCU) sobre o processo, e a assinatura do acórdão com o TCU em março, quando também será lançada a oferta pública de ações da companhia.

A emissão de ações da Eletrobras busca reduzir a participação da União no capital da empresa para 45%, considerando as ações com direito a voto. Hoje, o governo tem participação de 72,33%. Em relação ao capital total, a participação do governo cairia dos atuais 61,77% para 40,84%.

A audiência pública esclareceu algumas dúvidas levantadas pelos participantes, mas a maioria das questões terá que esperar a convocação da Assembleia Geral Extraordinária (AGE) da Eletrobras, prevista para fevereiro.

Itaipu

Segundo dirigentes do BNDES, informações como o valor da usina hidrelétrica binacional de Itaipu e da Eletronuclear (que não serão privatizadas) serão conhecidos na convocação da AGE. A cisão das duas empresas foi o tema mais questionado por advogados, empregados da Eletrobras e agentes do setor que participaram da audiência.

A tarifa que será usada para a usina de Angra 3, ponto bastante

questionado, “será aquela que garanta uma remuneração justa”, limitou-se a responder Leonardo Mandelblatt.

Ele informou que existe ainda a previsão de um acordo de acionistas e um acordo de investimentos entre a Eletrobras e a BNBPar, que absorverá as duas empresas (Itaipu e Eletronuclear, hoje partes da Eletrobras). Os acordos vão garantir o aporte financeiro em Angra 3 pela Eletrobras, mesmo depois de privatizada, garantiu.

Ações judiciais

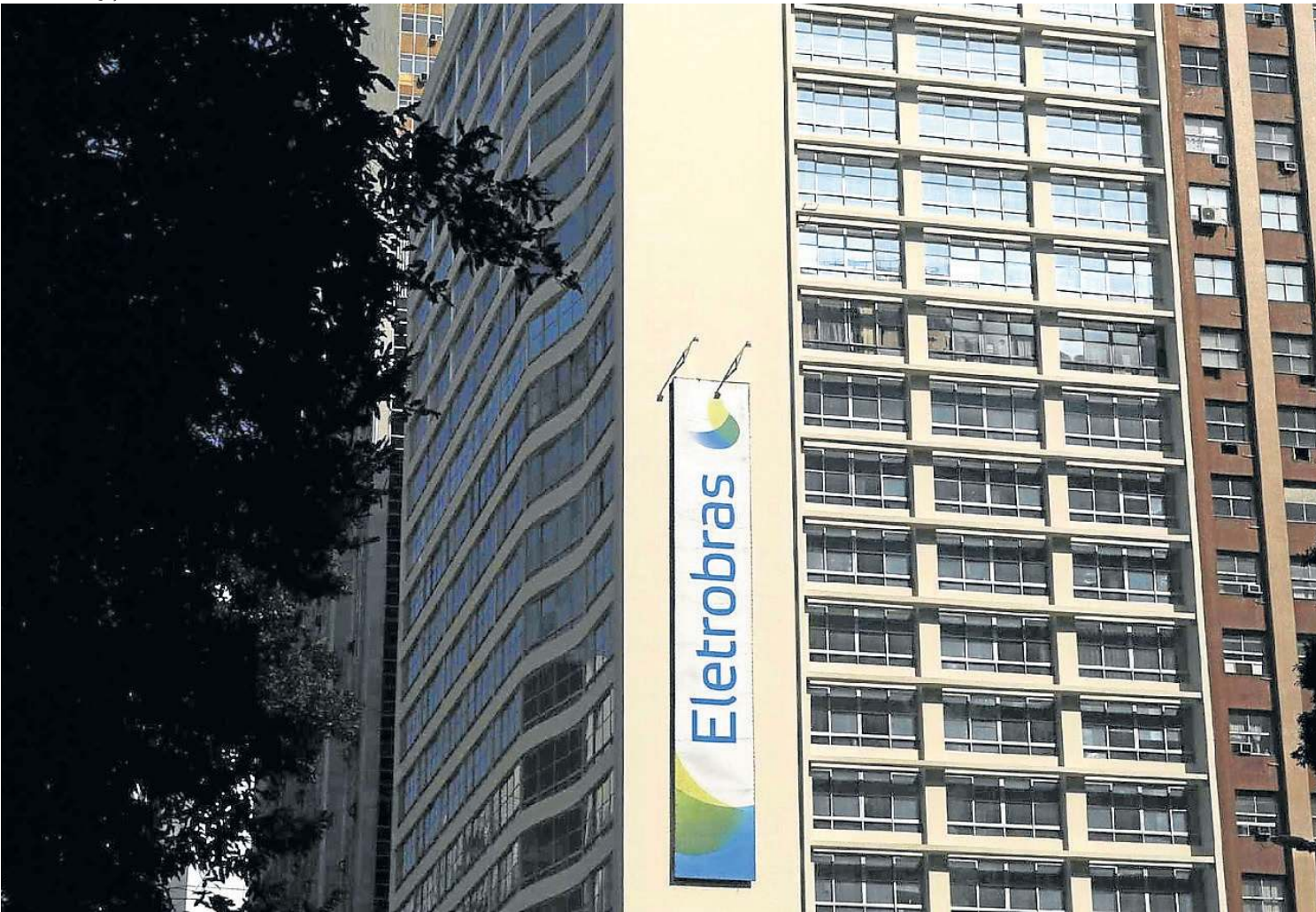
Mandelblatt descartou também uma enxurrada de ações judiciais contra a capitalização ou questionamentos de órgãos reguladores, afirmando que tudo está sendo feito dentro das regras de governança e através de assembleias. “Não temos motivos para esperar questionamentos, nem da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e nem da SEC (Securities and Exchange Commission)”, disse Mandelblatt.

O valor da usina de Itaipu, avaliada em R\$ 1,2 bilhão, também foi questionado. Após 2023, quando estará totalmente amortizada, Itaipu passará a ter faturamentos bilionários, segundo um dos participantes. A importância de Itaipu para o acionista da Eletrobras foi minimizada pelo sócio da corretora Genial Ricardo Justo, contratada pelo BNDES para assessorar a capitalização.

“O valor de Itaipu para a Eletrobras é muito pouco, o excedente econômico não é capturado nem pela Eletrobras nem pela Ande (do lado paraguaio), é capturado pelos dois Estados”, explicou, referindo-se aos governos brasileiro e paraguaio.

Segundo ele, a receita total de Itaipu nem aparece no balanço da Eletrobras, que fica apenas com 12% sobre os

Eletrobras/Divulgação



Estatal é responsável por 30% da geração e por 36% da transmissão de energia elétrica no país



Não temos motivos para esperar questionamentos, nem da CVM (Comissão de Valores Mobiliários) e nem da SEC (Securities and Exchange Commission)"

Leonardo Mandelblatt, chefe de Departamento de Estruturação de Empresas do BNDES

investimentos feitos e recebe uma remuneração pela comercialização da energia da usina.

Eletronet

O mesmo raciocínio foi usado pelo presidente da Eletrobras, Rodrigo Limp, em relação à Eletronet, estatal que administra a rede de fibra óptica das subsidiárias da Eletrobras. Durante a sessão de perguntas, o presidente do Instituto Telecom, Marcelo Miranda, alertou que o contrato entre as duas companhias foi considerado irregular pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), e que a questão deveria

ser resolvida antes da venda.

Limp explicou que considera o acordo importante, mas que poderá ser feito após a capitalização. “Não entendemos que esse acordo é uma condicionante da capitalização”, afirmou.

De acordo com o sócio da Genial, a Eletronet é o mesmo caso de Itaipu, não é relevante para o valor da empresa. Ele ressaltou ainda, que os acionistas minoritários serão responsáveis pela aprovação da capitalização na AGE, já que a União não participará da votação, e com as informações que serão disponibilizadas na

convocação da assembleia, saberão tomar a decisão correta.

“Além disso, todo o valuation do negócio terá que ser aprovado pelo TCU (Tribunal de Contas da União), e só vai ser concluído com a aprovação do TCU”, disse Justo.

A expectativa era de que a avaliação do TCU ocorresse no ano passado, mas a decisão foi postergada e ainda está cercada de incertezas, depois que o relator, ministro Aroldo Cedraz, solicitou mais informações, como estudos sobre os impactos do repasse da estatal para consumidores, entre outras questões.

SALARIÔMETRO

Reajuste médio no setor privado fica em 6,5%

O salário recebido pelo trabalhador com carteira assinada no setor privado perdeu feio para a inflação em 2021, um movimento que deve continuar neste ano, diante do elevado desemprego e da perspectiva de baixo crescimento da economia brasileira.

Entre janeiro e novembro passado, o reajuste médio obtido pelos trabalhadores por meio de negociações coletivas foi de 6,5%, segundo o “Salariômetro” da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), que acompanha os resultados reunidos pelo Ministério da Economia. Esse reajuste foi insuficiente para cobrir a inflação média acumulada em 12 meses que, no mesmo período, atingiu 8,4%, segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

No ano passado, 51% das negociações salariais fechadas até

novembro ficaram aquém da inflação, 30% empataram e 19% superaram o custo de vida. “Foi um ano muito ruim”, afirmou o professor sênior da FEA/USP e coordenador do “Salariômetro”, Hélio Zylberstjan.

O economista explicou que o reajuste abaixo da inflação é resultado de uma combinação de inflação alta com recessão. “Quando existe uma desocupação muito grande, os sindicatos não têm poder de barganha nas negociações, é o pior cenário para os trabalhadores”, enfatizou.

Bruno Imaizumi, economista da LCA Consultores, observou que está havendo uma retomada da ocupação, mas sem a recomposição da renda perdida. “Neste momento de crise, as pessoas estão aceitando salários até menores do que recebiam antes da pandemia muito por conta da

inflação, num mercado de trabalho em que a ociosidade elevada reduz o poder de barganha do trabalhador.” Além disso, a retomada da ocupação está ocorrendo com mais força na informalidade.

Setores

Afetadas pela paralisação provocada pela pandemia, as negociações no setor de serviços, com destaque para turismo e hospitalidade, são as que encontraram maiores dificuldades no ano passado para repor as perdas provocadas pela inflação.

De 18 negociações salariais fechadas em novembro envolvendo bares, restaurantes, hotéis, similares e diversão e turismo, o reajuste mediano ficou 3,7% abaixo da inflação. No caso de lavanderias e tinturarias, por exemplo,

essa defasagem foi ainda maior, de 4,1%. Até mesmo os 14 acordos salariais fechados em novembro último no setor de agricultura, pecuária e serviços correlatos (segmentos que registraram crescimento econômico) tiveram reajuste mediano: 0,6% abaixo da inflação.

Para Zylberstjan, o cenário de reajustes salariais fracos deve continuar ao longo do primeiro semestre deste ano por conta da inflação em 12 meses ainda elevada e da desocupação em alta. “Será difícil sair de uma taxa de desemprego de dois dígitos neste ano por causa do baixo crescimento da economia.”

Imaizumi, da LCA Consultores, concorda com Zylberstjan. Ele ressaltava que o baixo crescimento esperado para 2022 dificulta a recuperação do mercado de trabalho e tira poder de barganha do trabalhador.

Minervino Júnior/CB



Em setores como o de restaurante, o reajuste mediano ficou em 3,7%